

11 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA – REVISÃO DE ESTUDOS EM SAÚDE E SUA LACUNA

ALESSANDRA ELENA DIEHL¹;
BRANCO DOS REIS²;
MATHEUS DE BARROS ANTUNES²;
PAULO ROBERTO OLIVEIRA HENRIQUE SANTANA²;
BIANCA COSME BONGIOVANI²;
LARISSA FUSCO FARES²

Introdução: A Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha define a violência contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial; e foi promulgada pelo Estado brasileiro com o objetivo de coibir e prevenir a violência contra a mulher. Experiências em unidades de saúde sugerem que as questões referentes à esse tema ainda são superficialmente abordadas e com pouco impacto na sua resolução e prevenção. **Objetivo:** Revisar os artigos científicos publicados em revistas de saúde sobre a Lei Maria da Penha. **Métodos:** Revisão da literatura buscando artigos publicados nas bases de dados Scielo e Pubmed no período de 2006 a 2017, com os seguintes descritores: “Maria da Penha Law” no título ou no resumo, nos idiomas inglês, espanhol e português em revistas de saúde. Foram excluídos artigos publicados em revistas na área jurídica, feministas e social. **Resultados:** Foram encontrados 59 artigos, destes, 8 foram selecionados segundo critérios de inclusão e exclusão. São em maioria estudos qualitativos, de fraca metodologia e amostras pequenas, tendo como público alvo mulheres usuárias dos serviços de atendimento às vítimas de violência. Um dos artigos utilizou o cadastro Sistema de Informação de Mortalidade para calcular os anos de vida perdidos devido à violência de gênero. Outro artigo utilizou a Pesquisa Nacional de Saúde e o estudo *WHO -Multicountry Study on Women's Health and Domestic Violence*. Os demais estudos foram conduzidos em delegacia de polícia, quando a maioria das vítimas é atendida em pronto socorro. Observa-se alta reincidência de agressão à mulher, e os agressores são em maioria jovens e casados. Ciúmes, causas banais e uso de substâncias psicoativas foram as principais causas da agressão, e os principais tipos de violência citados foram física (53,5%) e psicológica (39,5%). **Conclusão:** Mesmo após 11 anos de existência deste importante marco regulatório, existe uma lacuna entre a sua implementação e a produção de estudos na área da saúde. Assim, faz-se necessário aumentar os estudos científicos sobre esse tema na área da saúde, como medidor dos indicadores de efetividade, repercussão e prevenção na saúde pública.

¹Médica do Instituto Bairral de Psiquiatria;

²Residente do Instituto Bairral de Psiquiatria